



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Instituto Estadual de Florestas

URFBio Alto Paranaíba - Agência de Florestas e Biodiversidade de Coromandel

Parecer nº 8/IEF/AFLOBIO COROMANDEL/2024

PROCESSO Nº 2100.01.0005066/2023-91

PARECER ÚNICO

1. IDENTIFICAÇÃO DO RESPONSÁVEL PELA INTERVENÇÃO AMBIENTAL

Nome: <b>ANDREIA COUTO DOMINGOS</b>	CPF/CNPJ: <b>912.731.456-15</b>
Endereço: <b>AV EULER FRANCO, 134, CASA</b>	Bairro: <b>BARREIRO</b>
Município: <b>Campos Altos</b>	UF: <b>MG</b>
Telefone: <b>(37) 3426 1876</b>	E-mail: <b>karolinegg.nunes@gmail.com</b>
Cep: <b>38.970-000</b>	

O responsável pela intervenção é o proprietário do imóvel?

(X) Sim, ir para o item 3 ( ) Não, ir para o item 2

2. IDENTIFICAÇÃO DO PROPRIETÁRIO DO IMÓVEL

Nome:	CPF/CNPJ:
Endereço:	Bairro:
Município:	UF:
Telefone:	E-mail:
Cep:	

3. IDENTIFICAÇÃO DO IMÓVEL

Denominação: <b>FAZENDA MOREIRA</b>	Área Total (ha): <b>59,5637</b>
Registro nº (se houver mais de um, citar todos): <b>Matrícula: 8.104</b>	Município/UF: <b>Campos Altos/MG</b>
Recibo de Inscrição do Imóvel Rural no Cadastro Ambiental Rural (CAR): <b>MG-3111507-F21E.6726.59C6.41CD.86F8.09BC.3A99.BA93</b>	

4. INTERVENÇÃO AMBIENTAL REQUERIDA

Tipo de Intervenção	Quantidade	Unidade
<b>Supressão de cobertura vegetal nativa, para uso alternativo do solo</b>	<b>6,0000</b>	<b>hectares</b>

5. INTERVENÇÃO AMBIENTAL PASSÍVEL DE APROVAÇÃO

Tipo de Intervenção	Quantidade	Unidade	Fuso	Coordenadas planas (usar UTM, data WGS84 ou Sirgas 2000)	
				X	Y
<b>Supressão de cobertura vegetal nativa, para uso alternativo do solo</b>	<b>6,0000</b>	<b>hectares</b>	<b>23K</b>	<b>365.839</b>	<b>7.831.894</b>

6. PLANO DE UTILIZAÇÃO PRETENDIDA

Uso a ser dado a área	Especificação	Área (ha)
<b>Agricultura</b>		<b>6,0000</b>

7. COBERTURA VEGETAL NATIVA DA (S) ÁREA (S) AUTORIZADA (S) PARA INTERVENÇÃO AMBIENTAL

Bioma/Transição entre Biomas	Fisionomia/Transição	Estágio Sucessional (quando couber)	Área (ha)
<b>Cerrado</b>	<b>Campo Cerrado</b>		<b>6,0000</b>

8. PRODUTO/SUBPRODUTO FLORESTAL/VEGETAL AUTORIZADO

Produto/Subproduto	Especificação	Quantidade	Unidade
<b>Lenha de floresta nativa</b>		<b>184,02</b>	<b>m³</b>

1. HISTÓRICO

Data de formalização/aceite do processo: 10/05/2023

Data da vistoria: 21/12/2023

Data de solicitação de informações complementares: não houve

Data do recebimento de informações complementares: não houve

## 2. OBJETIVO

É objeto deste parecer analisar o requerimento para supressão de vegetação nativa com destoca em uma área de 06,0000 hectares de vegetação nativa. É pretendido com a intervenção a introdução da atividade de cafeicultura no imóvel.

## 3. CARACTERIZAÇÃO DO IMÓVEL/EMPREENHIMENTO

### 3.1 Imóvel rural:

O imóvel denominado Fazenda Moreira, possui área total de 59,5637 hectares (1,70 módulos fiscais), situa-se no Município de Campos Altos - MG (cobertura vegetal nativa de 39,84%), pertence a microbacia do Rio Misericórdia e Bacia Hidrográfica do Rio Paranaíba (UPGRH: PN1). Possui 11,3210 hectares de área considerada de preservação permanente em bom estado de conservação. O recurso hídrico caracteriza-se por três nascentes que dão origem a um pequenos cursos d'água sem denominação que banha o imóvel no extremo leste. Atualmente, o imóvel encontra-se todo coberto por pastagens e vegetação nativa. O Bioma em que o imóvel está inserido é o CERRADO. A fitofisionomia da área de intervenção é de campo cerrado. A intenção do proprietário é implantar a atividade de cafeicultura.

### 3.2 Cadastro Ambiental Rural:

- Número do registro: MG-3111507-F21E.6726.59C6.41CD.86F8.09BC.3A99.BA93

- Área total: 59,5637 ha

- Área de reserva legal: 12,1550 ha

- Área de preservação permanente: 11,2851 ha

- Área de uso antrópico consolidado: 29,8683 ha

- Qual a situação da área de reserva legal:

(X) A área está preservada: 12,1550 ha

( ) A área está em recuperação: xxxxx ha

( ) A área deverá ser recuperada: xxxxx ha

- Formalização da reserva legal:

(X) Proposta no CAR ( ) Averbada ( ) Aprovada e não averbada

- Número do documento:

não se aplica

- Qual a modalidade da área de reserva legal:

(X) Dentro do próprio imóvel

( ) Compensada em outro imóvel rural de mesma titularidade

( ) Compensada em imóvel rural de outra titularidade

- Parecer sobre o CAR:

“Verificou-se que as informações prestadas no CAR: MG-3111507-F21E.6726.59C6.41CD.86F8.09BC.3A99.BA93 apresentado correspondem com as constatações feitas durante a vistoria técnica realizada no imóvel no dia 21/12/2023. A localização e composição da Reserva Legal estão de acordo com a legislação vigente para fins de deferimento da intervenção requerida”.

Obs.: A área de Reserva Legal atende o mínimo de 20% estabelecido na legislação vigente, em fragmento único, bem preservada e não engloba na sua totalidade, áreas consideradas de preservação permanente.

## 4. INTERVENÇÃO AMBIENTAL REQUERIDA

Requer o empreendedor a supressão de vegetação nativa com destoca em 6,0000 hectares de campo cerrado.

A área de intervenção possui relevo suave ondulado e latossolo vermelho amarelo apresentando pedregosidade.

Foi apresentado um PIA que é de responsabilidade técnica do Engenheiro Agrônomo Geraldo Barbosa Leão Junior, CREA MG 45.136/D e ART MG20231836309. O documento apresentado condiz com a realidade do campo.

As espécies mais frequentes na área são: Barbatimão; Pau Terra; Mandiocão; Pau Santo; Lixeirinha; Coração de Negro.

Durante a vistoria não encontrei espécies imunes de corte mas informei à representante do da proprietária, que caso existam, as mesmas não poderão ser suprimidas (Principalmente pequi e Ipê Caraíba).

O material lenhoso gerado pela intervenção, calculado conforme recomendado pelo Inventário Florestal de Minas Gerais, é de 184,02 m³ de lenha nativa e será utilizado pelo proprietário no interior do imóvel.

Taxa de Expediente (supressão): Valor R\$ 654,80 (Seiscentos e oitenta e quatro reais e oitenta centavos), quitada em 17/01/2023.

Taxa Florestal (supressão): Valor R\$ 1.297,65 (Um mil, duzentos e noventa e sete reais e noventa e cinco centavos), quitada em 17/01/2023.

Número do recibo do projeto cadastrado no Sinaflor: Recibo número 23125783.

#### **4.1 Das eventuais restrições ambientais:**

Após consulta do polígono de intervenção à ferramenta de auxílio de tomada de decisão, (IDE-SISEMA - <http://idesisema.meioambiente.mg.gov.br>), verifiquei que a área requerida não possui impedimentos que inviabilizem a autorização da intervenção.

- Vulnerabilidade natural: Variando de Baixa a Média (consulta ao polígono de intervenção)

- Prioridade para conservação da flora: Muito Baixa (consulta ao polígono de intervenção)

- Prioridade para conservação conforme o mapa de áreas prioritárias da Biodiversitas: O imóvel não está inserido em área de proteção especial/extrema segundo estudos da Fundação Biodiversitas.

- Unidade de conservação: não se aplica

- Áreas indígenas ou quilombolas: não se aplica

- Outras restrições: [Ex.: Art. 11 da Lei 11.428 de 2006, Art. 25 da Lei 11.428 de 2006] não se aplica

#### **4.2 Características socioeconômicas e licenciamento do imóvel:**

- Atividades desenvolvidas: G-02-07-0 Criação de bovinos, bubalinos, equinos, muares, ovinos e caprinos, em regime extensivo; G-01-03-1 Culturas anuais, semiperenes e perenes, silvicultura e cultivos agrossilvipastoris, exceto horticultura.

- Atividades licenciadas: G-02-07-0 Criação de bovinos, bubalinos, equinos, muares, ovinos e caprinos, em regime extensivo; G-01-03-1 Culturas anuais, semiperenes e perenes, silvicultura e cultivos agrossilvipastoris, exceto horticultura.

- Modalidade de licenciamento: NÃO PASSÍVEL

- Número do documento: ATO DECLARATÓRIO

#### **4.3 Vistoria realizada:**

A vistoria do imóvel foi realizada em 21/12/2023 onde verifiquei que parte do imóvel encontra-se coberto por gramínea exótica (pastagens) e o restante coberto por vegetação nativa. A fitofisionomia que cobre a área do imóvel é caracterizada como campo cerrado.

A área de reserva legal encontra-se em excelente estado de conservação sendo representativa da região de inserção do imóvel e cumprindo sua função de preservação de fauna e flora.

A área de intervenção é caracterizada por campo cerrado, com relevo suave ondulado e latossolo vermelho amarelo apresentando pedregosidade. Durante a vistoria não encontrei exemplares de indivíduos imunes de corte, mas alertei a representante da proprietária da proibição de supressão dos mesmos caso haja algum na área.

Verifiquei durante a vistoria e observação nos arredores do imóvel que a área é apta ao fim requerido, sendo perfeitamente possível a instalação da atividade pretendida.

Toda área voltada a agricultura inspira cuidados no que se refere à conservação de solo e água, principalmente a adoção de plantio em nível, construção de cacimbas e curvas em nível.

Saliento que não existem áreas subutilizadas no interior do imóvel.

##### 4.3.1 Características físicas:

- Topografia: Relevo suave ondulado.

- Solo: Predominantemente caracterizado por Latossolo Vermelho Amarelo com pedregosidade no horizonte A.

- Hidrografia: O imóvel pertence a microbacia do Rio Misericórdia e Bacia Hidrográfica do Rio Paranaíba (UPGRH: PN1). Possui 11,3210 hectares de área considerada de preservação permanente em bom estado de conservação. O recurso hídrico caracteriza-se por três nascentes que dão origem a um pequenos cursos d'água sem denominação que banha o imóvel no extremo leste.

##### 4.3.2 Características biológicas:

- Vegetação: O Bioma é o Cerrado e a fitofisionomia presente no interior do imóvel se caracteriza por campo cerrado.

- Fauna: Predominantemente répteis, pequenos mamíferos e roedores além de aves de pequeno a médio porte.

#### **5. ANÁLISE TÉCNICA**

A fitofisionomia da área solicitada é típica de campo cerrado onde se observa árvores de pequeno/médio porte com troncos cascudos e retorcidos.

O imóvel possui área de reserva legal em excelente estado de conservação fato que mitigará os danos causados pela intervenção, pois a reserva legal será refúgio para a fauna e área de preservação para a flora.

A área está apta ao fim requerido e a atividade contribuirá de forma positiva para o cumprimento da função social do imóvel, fixando assim o homem no campo e gerando riqueza e renda ao município.

Ressalto que todo o teor deste parecer foi repassado à representante legal da proprietária.

Durante vistoria não encontrei indivíduos de espécie protegida por Lei, mas informei à representante da proprietária que caso hajam, os mesmos não poderão ser suprimidos pois não se enquadram nas autorizações passíveis de autorização de acordo com a Lei Estadual 20.308/12.

### 5.1 Possíveis impactos ambientais e medidas mitigadoras:

Os impactos ambientais gerados ou possíveis de ocorrer durante a intervenção abrangem a área do empreendimento e seu entorno, afetando direta ou indiretamente o meio ambiente, sendo:

1. Impacto: Depreciação da qualidade do ar, quando da emissão de partículas sólidas e de gases resultantes de combustão, em virtude do emprego de maquinarias em diferentes operações.
2. Medida Mitigadora: Aprimorar a qualidade dos combustíveis e a parte mecânica das maquinarias, diminuindo o seu potencial poluidor; implantar um sistema eficiente de manutenção das maquinarias; treinar melhor os operários para a execução racional das tarefas mecanizadas; e utilizar caminhões-pipa para irrigar o solo, em áreas acessíveis, durante a realização das tarefas.
3. Impacto: Dificuldade de infiltração de água pela compactação dos solos, prejudicando o abastecimento do lençol freático.
4. Medida Mitigadora: Utilizar tratores com menor capacidade de compactação do solo; aprimorar o treinamento dos operários na execução das tarefas, evitando o excesso de compactação do solo e adotar práticas de plantio direto na palha.
5. Impacto: Danos a microbiota do solo oriundo do uso de biocidas.
6. Medida Mitigadora: utilizar biocidas que apresentem menor tempo de degradação do seu princípio ativo; uso consciente de biocidas na área.
7. Impacto: danos a microbiota do solo, quando do uso de fogo.
8. Medida Mitigadora: restringir o uso do fogo na área, principalmente na queima de restos de vegetação, após o desmatamento; realizar a retirada mecânica de serapilheira e restos vegetais em vez do uso de fogo para a limpeza.
9. Impacto: danos a microbiota do solo em razão da exposição do solo.
10. Medida Mitigadora: realizar o plantio de cobertura vegetal o quanto antes possível, afim de proteger o solo dos intempéries.
11. Impacto: Assoreamento de cursos hídricos.
12. Medida Mitigadora: Construção de curvas em nível e cacimbas.

## 6. CONTROLE PROCESSUAL

Processo Administrativo nº: 2100.01.0005066/2023-91

Requerente: ANDREIA COUTO DOMINGOS

Referência: Supressão de vegetação nativa para uso alternativo do solo

### I. Relatório:

1 - Trata-se o processo administrativo ora sob análise de requerimento de **SUPRESSÃO DE COBERTURA VEGETAL NATIVA em 6,0000 hectares** no imóvel rural denominado "Fazenda Moreira", localizado no município de Campos Altos, matrícula nº 8.104, possuindo área total de 62,7600 hectares, segundo o registro do imóvel, fatos esses que, de acordo com o gestor do processo, foram devidamente verificados na vistoria realizada no local.

2 - Segundo o Parecer Técnico, a propriedade possui **12,1550 hectares de reserva legal**, declarada no CAR e aprovada pelo técnico vistoriante, que encontra-se em bom estado de conservação e com quantidade de acordo com o percentual mínimo legal de 20%.

3 - A justificativa da intervenção é a implementação da atividade de agricultura, de acordo com o Parecer Técnico. Importante destacar a regularidade ambiental do empreendimento, nos moldes da DN nº 217/2017, sendo, portanto, considerada **não passível** de licenciamento ou licenciamento ambiental simplificado pelo órgão ambiental competente, de acordo com o Requerimento, ressaltando-se que as informações são de inteira responsabilidade da empreendedora e/ou de seu (sua) representante legal.

4 - Ademais, restou assentado no Parecer Técnico que a área requerida não é considerada como prioridade de conservação extrema/especial, de acordo com o sistema Biodiversitas e o IDE-SISEMA.

É o breve relatório.

## II. Análise Jurídica:

5 - De acordo com as informações prestadas no Parecer Técnico, o requerimento de intervenção ora sob análise **é passível de DEFERIMENTO**, conforme restará demonstrado adiante.

6 - No que tange ao pedido de supressão de vegetação nativa, prevê o **art. 3º, inciso I do Decreto Estadual nº 47.749/2019** que:

*Art. 3º - São consideradas intervenções ambientais passíveis de autorização:*

*I – supressão de cobertura vegetal nativa, para uso alternativo do solo;*

7 - Desta feita, tem-se que o presente pedido de autorização para intervenção ambiental encontra respaldo no **art. 3º, inciso I do Decreto Estadual nº 47.749/2019**, tendo sido cumpridas todas as exigências legais e administrativas necessárias à sua análise, merecendo destaque que a área objeto de intervenção não se refere a espaços especialmente protegidos (APP, reserva legal e outras).

## III. Conclusão:

8 - Ante o exposto, considerando que o processo está devidamente instruído e com respaldo no Parecer Técnico acostado aos autos, bem como ante o disposto no **art. 26 da Lei Federal nº 12.651/12 e art. 3º, inciso I do Decreto Estadual nº 47.749/2019**, o Núcleo de Controle Processual do IEF/Unidade Regional de Florestas e Biodiversidade Alto Paranaíba, do ponto de vista jurídico, **opina FAVORAVELMENTE à SUPRESSÃO DA COBERTURA VEGETAL NATIVA em 6,0000 ha**, nos moldes requeridos e aprovados tecnicamente, devendo o proprietário, contudo, conforme já citado acima, promover o integral cumprimento das medidas mitigadoras e compensatórias estabelecidas pelo técnico vistoriante, caso existam, sob pena das sanções legais, e desde que a propriedade não possua área subutilizada ou abandonada (art. 68 da Lei Estadual nº 20.922/2013).

9 - Importante destacar que, de acordo com o art. 38, § Único, inciso I do Decreto nº 47.892/2020, o presente processo deverá ser submetido à deliberação e decisão do Supervisor Regional do IEF/URAP.

10 - Sugere-se o prazo de validade do DAIA de 3 (três) anos, conforme art. 7º do Decreto Estadual nº 47.749/2019.

**Fica registrado que o presente controle processual restringiu-se à análise jurídica do requerimento de supressão de cobertura vegetal nativa para uso alternativo do solo, através das informações prestadas no Parecer Técnico. Assim, o Núcleo de Controle Processual do IEF/Unidade Regional de Florestas e Biodiversidade Alto Paranaíba não possui responsabilidade sobre a análise técnica realizada.**

### Observações:

*As motosserras, bem como os demais equipamentos usados (tratores de esteira e similares) para a atividade de exploração deverão estar devidamente regularizadas junto ao IEF. Prazo: Durante a vigência do DAIA.*

*O transporte do material lenhoso (raízes, lenha, etc) oriundo da exploração somente poderá ser transportado para outro local fora da propriedade acobertado pelo documento ambiental a ser emitido pelo IEF do município no qual se encontra o empreendimento. Prazo: Durante a vigência do DAIA.*

## 7. CONCLUSÃO

1. Considerando que a reserva legal do imóvel encontra-se devidamente preservada e o mesmo encontra-se inscrito no CAR – Cadastro Ambiental Rural;
2. Considerando que não existem áreas subutilizadas no imóvel;
3. Considerando que as áreas de intervenção estão aptas ao fim requerido;
4. Considerando que o imóvel precisa cumprir sua função social aliada a preservação dos recursos naturais;

**Me posiciono favorável ao deferimento total da intervenção em 6,0000 hectares através da supressão de vegetação nativa com destoca na Fazenda Moreira, cuja proprietária é a Sra. Andreia Couto Domingos**

O rendimento lenhoso gerado a partir da supressão é de 184,02 m³ de lenha nativa que serão utilizados na propriedade conforme requerimento.

#### 8. MEDIDAS COMPENSATÓRIAS

Não se aplica.

#### 9. REPOSIÇÃO FLORESTAL

O Valor da taxa de reposição florestal referente a 184,02 m³ de lenha nativa é: R\$ 5.829,42 (Cinco mil, oitocentos e vinte e nove reais e quarenta e dois centavos).

Forma de cumprimento da Reposição Florestal, conforme art. 78, da Lei nº 20.922/2013:

- (X) Recolhimento à conta de arrecadação de reposição florestal  
( ) Formação de florestas, próprias ou fomentadas  
( ) Participação em associações de reflorestadores ou outros sistemas

#### 10. CONDICIONANTES

Este parecer não autoriza o corte de espécies protegidas por Lei, tais como Pequi e Ipê Amarelo;  
Adotar técnicas de conservação de solo e água, principalmente plantio em nível, construção de curvas em nível e cacimbas.

#### INSTÂNCIA DECISÓRIA

( ) COPAM / URC ( X ) SUPERVISÃO REGIONAL

#### RESPONSÁVEL PELO PARECER TÉCNICO

Nome: MARCOS DE SIQUEIRA NACIF JUNIOR  
MASP: 1250587-1

#### RESPONSÁVEL PELO CONTROLE PROCESSUAL

Nome: ANDREI RODRIGUES PEREIRA MACHADO  
MASP: 1368646-4



Documento assinado eletronicamente por **Andrei Rodrigues Pereira Machado, Coordenador**, em 17/01/2024, às 13:50, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Marcos de Siqueira Nacif Junior, Servidor Público**, em 17/01/2024, às 16:21, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.mg.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **80514871** e o código CRC **DC7D8944**.